



SEDU ES

**SEDU ES - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO
ESPÍRITO SANTO**

Professor B - Geografia

**EDITAL SEGER/SEDU Nº 01/2024, DE 11
DE DEZEMBRO DE 2024**

**CÓD: OP-145DZ-24
7908403566549**

Língua Portuguesa

1. Domínio da ortografia oficial	9
2. Emprego da acentuação gráfica.....	9
3. Emprego dos sinais de pontuação	10
4. Flexão nominal e verbal; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo; Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	11
5. Domínio dos mecanismos de coerência e coesão textual	19
6. Concordância nominal e verbal	20
7. Regência nominal e verbal.....	22
8. Sintaxe.....	23
9. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).....	27
10. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados (Características dos diversos gêneros textuais. Identificação de informações explícitas e implícitas. Distinção entre fato e opinião. Interpretação com o auxílio de material gráfico diverso) .	29
11. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	36
12. Adequação da linguagem ao tipo de documento	37
13. Adequação do formato do texto ao gênero.....	40

Psicologia Na Aprendizagem

1. Aspectos Psicológicos da Educação	49
2. A relação desenvolvimento/ aprendizagem: diferentes abordagens.....	50
3. Crescimento e desenvolvimento: biológico, psicológico e social. O desenvolvimento cognitivo e afetivo na criança e no adolescente.....	55

Conhecimentos Pedagógicos

1. As diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro e as implicações na organização do sistema de educação brasileiro	59
2. A didática e o processo de ensino/aprendizagem: planejamento, estratégias, metodologias e avaliação da aprendizagem	64
3. A sala de aula como espaço de aprendizagem	65
4. As teorias do currículo	66
5. Usos dos resultados da avaliação da aprendizagem no planejamento do ensino	68
6. As contribuições da psicologia da educação para a pedagogia: implicações para a melhoria do ensino e para ações mais embasadas da ação profissional docente no alcance do que se ensina aos indivíduos.....	69
7. Os conhecimentos socioemocionais no currículo escolar: a escola como espaço social.....	71
8. As diretrizes curriculares nacionais para a formação docente.....	72
9. Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira.....	73
10. A Interdisciplinaridade e a contextualização no Ensino Médio.....	74
11. Os fundamentos de uma escola inclusiva	75
12. Educação e trabalho: o trabalho como princípio educativo	76
13. Ação da escola, protagonismo juvenil e cidadania	79
14. As avaliações nacionais da educação básica	80

Uso De Tecnologia Na Educação E Informática Básica

1. Segurança da informação (Noções de vírus e pragas virtuais, Procedimentos de backup)	87
2. Conhecimento da plataforma Google (Google Sala de Aula, Google Documentos, Google Planilha)	88
3. Sistema operacional e ambiente Windows. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	91
4. Edição de textos, planilhas e apresentações em ambiente Windows	93
5. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet.....	96

Diretrizes, Parâmetros, Medidas E Dispositivos Legais Para A Educação

1. Constituição Federal de 1988 .Artigos nº 205 a nº 214	109
2. Currículos do Espírito Santo (Ensino Infantil e Fundamental e Ensino Médio)	112
3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações, inclusive a Lei nº13.415/2017	113
4. Plano Estadual de Educação - Lei Estadual nº10.382/2015.....	133
5. Estatuto do Magistério - LCE nº 115/1998 e suas alterações	148
6. Plano de Carreira do Magistério - Lei Estadual nº5.580/1998 e suas alterações.....	157
7. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações.....	162
8. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008	202
9. Decreto Federal nº 7.611/2011	208
10. Resolução CNE Nº4/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado	210
11. Lei Brasileira de Inclusão Lei Federal nº13.146/2015 e suas alterações	211
12. Decreto nº. 65.810/1969 (promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial)	229
13. Decreto federal nº 4.738/2003 (reitera a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial)	235
14. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos - Resolução CNE-CEB nº 07/2010	235
15. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Resolução CNE/CEB Nº 03/2018.	243
16. Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Educação de Jovens e Adultos a distância - Resolução CNE/CEB nº 001/2021.....	251
17. Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica de nível médio - Resolução CNE/CP nº 001/2021	255

Conhecimentos Específicos

Professor B - Geografia

1. A história do pensamento geográfico: conceitos, temas e teorias da Geografia.....	271
2. Cartografia: conceitos, histórico, coordenadas, movimentos da Terra e fusos horários. Representações cartográficas, escalas e projeções.....	274
3. Cartografia temática	277
4. Sensoriamento remoto	278
5. Sistemas de Informações Geográficas (SIG).....	280

ÍNDICE

6. Sistema de Posicionamento Global (GPS)	281
7. Estudo da Terra: Considerações gerais, composição e estrutura da Terra	282
8. Tectônica de placas	285
9. Geomorfologia	286
10. A Geografia do espaço mundial e sua geopolítica	286
11. Geografia do espaço industrial: Fatores de localização e tipos de indústrias	288
12. Industrialização pioneira e tardia.....	290
13. As revoluções industriais	292
14. A revolução técnico-científica-informacional.....	293
15. Corporações e organismos internacionais	296
16. A Globalização e seus fluxos: A expansão atual do capitalismo.....	298
17. Fluxos de capitais e expansão das transnacionais	300
18. Fluxo de turistas.....	303
19. Mundialização da sociedade de consumo	306
20. Energia: importância: conceitos; modelos; fontes.....	307
21. Geografia do espaço agrário: Histórico e relações. Sistemas agrícolas. Modernização. Revolução Verde. Agropecuária em países centrais e periféricos. Complexos agroindustriais.....	309
22. Geografia urbana e regional: Formação, dinâmicas, características e transformações das cidades. Economia e serviços	313
23. Geografia da População: Dinâmica, crescimento, distribuição e estrutura da população. Teorias demográficas. Movimentos migratórios.....	317
24. A Geografia dos transportes: Transportes e comunicação no mundo atual	319
25. A Geografia das redes	322
26. A relação sociedade X natureza	325
27. Quadro natural: clima, vegetação, relevo, geologia, solos, hidrografia, águas continentais e oceânicas	326
28. Recursos naturais e aproveitamento econômico.....	329
29. O espaço geográfico brasileiro: características físicas, estrutura física e geomorfológica	331
30. Relevo, domínios morfoclimáticos, climatologia, hidrografia, pedologia, águas continentais e oceânicas	332
31. Recursos naturais e aproveitamento econômico.....	335
32. Questões ambientais	335
33. A formação territorial do Brasil: ocupação, organização; regionalizações.....	336
34. A inserção brasileira na economia global.....	337
35. Geografia do espaço industrial brasileiro	338
36. Geografia da população do Brasil	340
37. Geografia do espaço agrário do Brasil: histórico e relações	343
38. Geografia urbana e regional no Brasil: formação, dinâmicas e transformações históricas e atuais	344
39. Geografia do Espírito Santo: localização, população e economia.....	346
40. Aspectos naturais: o relevo e as paisagens, o tempo e o clima, a vegetação e a hidrografia	347
41. Questões ambientais do Espírito Santo	348
42. Metodologia de Ensino da Geografia.....	348

LÍNGUA PORTUGUESA

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste texto serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

– Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

– Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

– Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

EMPREGO DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação é uma das principais questões relacionadas à Ortografia Oficial, que merece um capítulo a parte. Os acentos utilizados no português são: **acento agudo** (´); **acento grave** (`); **acento circunflexo** (^); **cedilha** (ç) e **til** (~).

Depois da reforma do Acordo Ortográfico, a **trema** foi excluída, de modo que ela só é utilizada na grafia de nomes e suas derivações (ex: Müller, mülleriano).

Esses são sinais gráficos que servem para modificar o som de alguma letra, sendo importantes para marcar a sonoridade e a intensidade das sílabas, e para diferenciar palavras que possuem a escrita semelhante.

A sílaba mais intensa da palavra é denominada **sílaba tônica**. A palavra pode ser classificada a partir da localização da sílaba tônica, como mostrado abaixo:

- **Oxítona**: a última sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: café)
- **Paroxítona**: a penúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: automóvel)
- **Proparoxítona**: a antepenúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: lâmpada)

As demais sílabas, pronunciadas de maneira mais sutil, são denominadas **sílabas átonas**.

Regras fundamentais

CLASSIFICAÇÃO	REGRAS	EXEMPLOS
OXÍTONAS	– Terminadas em A, E, O, EM, seguidas ou não do plural; – Seguidas de -LO, -LA, -LOS, -LAS	cipó(s), pé(s), armazém respeitá- la, compô-lo, comprometê-los
PAROXÍTONAS	– Terminadas em I, IS, US, UM, UNS, L, N, X, PS, ã, ãs, ão, ãos ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não do plural	táxi, lápis, vírus, fórum, cadáver, tórax, bíceps, imã, órfão, órgãos, água, mágoa, pônei, ideia, geleia, paranoico, heroico
PROPAROXÍTONAS	– Todas são acentuadas	cólica, analítico, jurídico, hipérbole, último, álbi

OBS: Os ditongos “Ei” e “Oi” perderam o acento com o Novo Acordo Ortográfico

Regras especiais

REGRA	EXEMPLOS
Acentua-se quando “I” e “U” tônicos formarem hiato com a vogal anterior, acompanhados ou não de “S”, desde que não sejam seguidos por “NH”	saída, faísca, baú, país feiu <u>ra</u> , Bocai <u>ú</u> va, Sau <u>í</u> pe
Acentua-se a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos “TER” e “VIR” e seus compostos	têm, obtêm, contêm, vêm
Não são acentuados hiatos “OO” e “EE”	leem, voo, enjoo
Não são acentuadas palavras homógrafas OBS: A forma verbal “PÔDE” é uma exceção	pelo, pera, para

OBS: Não serão mais acentuados “I” e “U” tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo

EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO

Os **sinais de pontuação** são recursos gráficos que se encontram na linguagem escrita, e suas funções são demarcar unidades e sinalizar limites de estruturas sintáticas. É também usado como um recurso estilístico, contribuindo para a coerência e a coesão dos textos.

São eles: o ponto (.), a vírgula (,), o ponto e vírgula (;), os dois pontos (:), o ponto de exclamação (!), o ponto de interrogação (?), as reticências (...), as aspas (“”), os parênteses (()), o travessão (—), a meia-risca (–), o apóstrofo (’), o asterisco (*), o hífen (-), o colchete ([]) e a barra (/).

Confira, no quadro a seguir, os principais sinais de pontuação e suas regras de uso.

SINAL	NOME	USO	EXEMPLOS
.	Ponto	– Indicar final da frase declarativa – Separar períodos – Abreviar palavras	Meu nome é Pedro. Fica mais. Ainda está cedo Sra.
:	Dois-pontos	– Iniciar fala de personagem – Antes de aposto ou orações apositivas, enumerações ou sequência de palavras para resumir / explicar ideias apresentadas anteriormente – Antes de citação direta	A princesa disse: – Eu consigo sozinha. Esse é o problema da pandemia: as pessoas não respeitam a quarentena. Como diz o ditado: “olho por olho, dente por dente”.
...	Reticências	– Indicar hesitação – Interromper uma frase – Concluir com a intenção de estender a reflexão	Sabe... não está sendo fácil... Quem sabe depois...
()	Parênteses	– Isolar palavras e datas – Frases intercaladas na função explicativa (podem substituir vírgula e travessão)	A Semana de Arte Moderna (1922) Eu estava cansada (trabalhar e estudar é puxado).
!	Ponto de Exclamação	– Indicar expressão de emoção – Final de frase imperativa – Após interjeição	Que absurdo! Estude para a prova! Ufa!
?	Ponto de Interrogação	– Em perguntas diretas	Que horas ela volta?
—	Travessão	– Iniciar fala do personagem do discurso direto e indicar mudança de interlocutor no diálogo – Substituir vírgula em expressões ou frases explicativas	A professora disse: — Boas férias! — Obrigado, professora. O corona vírus — Covid-19 — ainda está sendo estudado.

Vírgula

A vírgula é um sinal de pontuação com muitas funções, usada para marcar uma pausa no enunciado. Veja, a seguir, as principais regras de uso obrigatório da vírgula.

- Separar termos coordenados: *Fui à feira e comprei abacate, mamão, manga, morango e abacaxi.*
- Separar aposto (termo explicativo): *Belo Horizonte, capital mineira, só tem uma linha de metrô.*
- Isolar vocativo: *Boa tarde, Maria.*
- Isolar expressões que indicam circunstâncias adverbiais (modo, lugar, tempo etc): *Todos os moradores, calmamente, deixaram o prédio.*
- Isolar termos explicativos: *A educação, a meu ver, é a solução de vários problemas sociais.*
- Separar conjunções intercaladas, e antes dos conectivos “mas”, “porém”, “pois”, “contudo”, “logo”: *A menina acordou cedo, mas não conseguiu chegar a tempo na escola. Não explicou, porém, o motivo para a professora.*
- Separar o conteúdo pleonástico: *A ela, nada mais abala.*

No caso da vírgula, é importante saber que, em alguns casos, ela não deve ser usada. Assim, **não** há vírgula para separar:

- Sujeito de predicado.
- Objeto de verbo.
- Adjunto adnominal de nome.
- Complemento nominal de nome.
- Predicativo do objeto do objeto.
- Oração principal da subordinada substantiva.
- Termos coordenados ligados por “e”, “ou”, “nem”.

FLEXÃO NOMINAL E VERBAL; EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS; VOZES DO VERBO; PRONOMES; EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	– Expressar características, qualidades ou estado dos seres – Sofre variação em número, gênero e grau	Menina inteligente ... Roupa azul-marinho ... Brincadeira de criança ... Povo brasileiro ...
ADVÉRBIO	– Indica circunstância em que ocorre o fato verbal – Não sofre variação	A ajuda chegou tarde . A mulher trabalha muito . Ele dirigia mal .
ARTIGO	– Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou um ovo. Uma menina deixou a mochila no ônibus.
CONJUNÇÃO	– Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) – Não sofre variação	Não gosto de refrigerante nem de pizza. Eu vou para a praia ou para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	– Exprime reações emotivas e sentimentos – Não sofre variação	Ah! Que calor... Escapei por pouco, ufa!
NUMERAL	– Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência – Varia em gênero e número	Gostei muito do primeiro dia de aula. Três é a metade de seis .
PRONOME	– Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo – Varia em gênero e número	Posso ajudar, senhora ? Ela me ajudou muito com o meu trabalho. Esta é a casa onde eu moro. Que dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	– Relaciona dois termos de uma mesma oração – Não sofre variação	Espero por você essa noite. Lucas gosta de tocar violão.

SUBSTANTIVO	– Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. – Flexionam em gênero, número e grau.	A menina jogou sua boneca no rio . A matilha tinha muita coragem .
VERBO	– Indica ação, estado ou fenômenos da natureza – Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. – Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	Ana se exercita pela manhã. Todos parecem meio bobos. Chove muito em Manaus. A cidade é muito bonita quando vista do alto.

Substantivo

– Tipos de substantivos

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

– **Comum:** usado para nomear seres e objetos generalizados.

Exemplo: mulher; gato; cidade...

– **Próprio:** geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar.

Exemplo: Maria; Garfield; Belo Horizonte...

– **Coletivo:** é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie.

Exemplo: matilha; enxame; cardume...

– **Concreto:** nomeia algo que existe de modo independente de outro ser (objetos, pessoas, animais, lugares etc.).

Exemplo: menina; cachorro; praça...

– **Abstrato:** depende de um ser concreto para existir, designando sentimentos, estados, qualidades, ações etc.

Exemplo: saudade; sede; imaginação...

– **Primitivo:** substantivo que dá origem a outras palavras.

Exemplo: livro; água; noite...

– **Derivado:** formado a partir de outra(s) palavra(s).

Exemplo: pedreiro; livraria; noturno...

– **Simples:** nomes formados por apenas uma palavra (um radical).

Exemplo: casa; pessoa; cheiro...

– **Composto:** nomes formados por mais de uma palavra (mais de um radical).

Exemplo: passatempo; guarda-roupa; girassol...

– Flexão de gênero

Na língua portuguesa, todo substantivo é flexionado em um dos dois gêneros possíveis: **feminino** e **masculino**.

O **substantivo biforme** é aquele que flexiona entre masculino e feminino, mudando a desinência de gênero, isto é, geralmente o final da palavra sendo **-o** ou **-a**, respectivamente (Ex: menino / menina). Há, ainda, os que se diferenciam por meio da pronúncia / acentuação (Ex: avô / avó), e aqueles em que há ausência ou presença de desinência (Ex: irmão / irmã; cantor / cantora).

O **substantivo uniforme** é aquele que possui apenas uma forma, independente do gênero, podendo ser diferenciados quanto ao gênero a partir da flexão de gênero no artigo ou adjetivo que o acompanha (Ex: a cadeira / o poste). Pode ser classificado em **epiceno** (refere-se aos animais), **sobrecomum** (refere-se a pessoas) e **comum de dois gêneros** (identificado por meio do artigo).

É preciso ficar atento à **mudança semântica** que ocorre com alguns substantivos quando usados no masculino ou no feminino, trazendo alguma especificidade em relação a ele. No exemplo “*o fruto X a fruta*” temos significados diferentes: o primeiro diz respeito ao órgão que protege a semente dos alimentos, enquanto o segundo é o termo popular para um tipo específico de fruto.

– Flexão de número

No português, é possível que o substantivo esteja no **singular**, usado para designar apenas uma única coisa, pessoa, lugar (Ex: bola; escada; casa) ou no **plural**, usado para designar maiores quantidades (Ex: bolas; escadas; casas) — sendo este último representado, geralmente, com o acréscimo da letra **S** ao final da palavra.

Há, também, casos em que o substantivo não se altera, de modo que o plural ou singular devem estar marcados a partir do contexto, pelo uso do artigo adequado (Ex: o lápis / os lápis).

PSICOLOGIA NA APRENDIZAGEM

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

— Introdução

A Psicologia da Educação estuda o comportamento do ser humano no ambiente educacional, na busca pela compreensão acerca do funcionamento do processo de ensino e aprendizagem e no aprofundamento da investigação sobre as dificuldades de aprendizagem, criando ferramentas e estratégias com a finalidade de melhorar os processos de ensino, orientando professores e promovendo a inclusão.

— Comportamentalismo

O Comportamentalismo (Behaviorismo) é uma teoria psicológica baseada no estudo do comportamento humano a partir de estímulos, buscando entender a forma de resposta a esses estímulos, dentro do contexto em que o indivíduo está inserido. Podemos, portanto, destacar três aspectos centrais dessa teoria:

- 1 – Ênfase no indivíduo;
- 2 – Atenção ao comportamento organizacional e nos processos de trabalho;
- 3 – O estudo comportamental.

Assim, a aprendizagem é definida como uma mudança de comportamento que se dá em resposta a estímulos ambientais. Esses estímulos podem ser positivos ou negativos.

Os estímulos positivos, também chamados de “recompensas”, possibilitam a criação de associações positivas entre a “recompensa” e um determinado comportamento, levando-o à repetição da ação.

Já os estímulos negativos ou “castigos”, provocam o efeito contrário, fazendo com que o indivíduo evite repetir essas ações, a partir da associação de certos comportamentos com tais estímulos.

— Cognitivismo

Diferentemente do Comportamentalismo, que estabelece certa semelhança entre seres humanos e outros animais, nos processos de aquisição de comportamentos a partir de estímulos, o Cognitivismo analisa os humanos como seres racionais, diferentes dos outros animais. Assim, essa teoria explora as complexidades da mente humana no processamento de informações, estabelecendo o comportamento como resultado do pensamento.

Dessa forma, a aprendizagem é considerada resultado das atividades mentais (pensamento, conhecimento, memória, motivação, reflexão e resolução de problemas), sendo avaliada através da demonstração de conhecimento e da compreensão.

— Gestalt

O termo, de origem alemã, significa “forma total” e está relacionado ao modo através do qual, percebemos as coisas. Nesse contexto, os processos de desenvolvimento e aprendizagem são entendidos como resultado do amadurecimento do sistema nervoso e das estruturas sensoriais do indivíduo que gradativamente, permitem o aumento de sua capacidade perceptora, podendo contribuir para auxiliar o professor na organização dos estímulos, facilitando o processo de percepção.

— Construtivismo

A escola construtivista baseia-se na criação de informações subjetivas por parte do aluno, a partir de sua própria interpretação do mundo, provocando a reestruturação de seu pensamento.

Desse modo, pode-se entender que o construtivismo adota uma abordagem focada no aluno, enquanto o professor assume o papel de guia do processo de aprendizagem.

A aprendizagem, na escola construtivista, é entendida como um processo de crescimento intelectual, baseado no conhecimento prévio do aluno e na aquisição de novos conhecimentos, adquiridos por meio das vivências e interpretações que ele estabelece com o meio à sua volta.

Dentro da abordagem construtivista, destacam-se duas vertentes: o **Construtivismo Social** e o **Cognitivo**, também chamado de **Neoconstrutivismo**. O primeiro, acredita que os alunos formulam suas hipóteses sobre o ambiente e as testam através de negociações sociais. Enquanto o **Construtivismo Cognitivo** ou **Neoconstrutivismo** se interessa pelo processo como ocorre a construção das hipóteses e da geração do conhecimento.

— Condutivismo

O Condutivismo baseia-se no Comportamentalismo ou Behaviorismo, que defende o controle dos comportamentos, portanto das **condutas** adotadas frente a associações estabelecidas com estímulos positivos ou negativos, de forma que os positivos incentivem a repetição das **condutas**, enquanto os negativos, inibam essa repetição.

— Inteligências Múltiplas

A teoria das Inteligências Múltiplas defende que o ser humano é capaz de desenvolver nove tipos de inteligências, porém, nem todos desenvolvem todas elas. Em geral, observa-se o desenvolvimento de uma ou duas. Através das Inteligências Múltiplas é possível retratar os vários comportamentos pelos quais as pessoas expõem suas habilidades de cognição. A tabela abaixo, apresenta os nove tipos de inteligência e suas características:

Tipo de Inteligência	Característica
Lógico-Matemática	Cálculos e raciocínio lógico.
Linguística	Aptidão para aprender idiomas e habilidades comunicativas.
Espacial	Compreender e elaborar imagens.
Físico-Cinestésica	Percepção e execução de movimentos corporais.
Interpessoal	Habilidades de oratória, compreensão e argumentação.
Intrapessoal	Capacidade de elaborar pensamentos, autoconhecimento.
Musical	Aprender a ler e compor música, aprender a tocar um instrumento.
Naturalista	Relacionar-se com a natureza, plantas e animais.
Existencialista	Relacionar-se com questões relativas à natureza humana e a existência.

— **Inteligência Emocional**

A Inteligência Emocional se desenvolve a partir das competências relacionadas a lidar com as emoções. Dentre elas, pode-se citar as **soft skills**, que tratam das interações estabelecidas entre as pessoas. A popularização da Inteligência Emocional se deu por intermédio do psicólogo inglês Daniel Goleman que descreveu-a como sendo a capacidade de gerenciamento das emoções, essencial para o desenvolvimento da inteligência de um indivíduo, contribuindo, inclusive, para um melhor desempenho profissional. O modelo de Goleman baseia-se em cinco pilares:

- **Autoconsciência:** capacidade de reconhecer as próprias emoções.
- **Autoregulação:** capacidade de lidar com as próprias emoções.
- **Automotivação:** capacidade de se motivar e de se manter motivado.
- **Empatia:** capacidade de enxergar as situações pela perspectiva dos outros.
- **Habilidades sociais:** conjunto de capacidades envolvidas na interação social.

— **Teoria da Aprendizagem Significativa**

O entendimento dos processos de aprendizagem modificou a formatação dos currículos que, mais do que a listagem dos conteúdos a serem trabalhados, hoje contempla também a determinação das metodologias mais adequadas a serem empregadas, de modo que atribuam a eles significância em relação ao contexto social que o aluno se insere, com objetivos que visam a formação ética, reflexiva e humanizada.

Assim, essa formação só é possível quando “os estudantes produzem sentidos e significados acerca de suas aprendizagens, de maneira contextualizada e protagonista, levando em conta o conhecimento prévio que trazem da esfera escolar e para além dela, aspectos que se observam na leitura dos relatos de prática dos professores.” (BNCC)

— **Aprendizado Experimental**

O Aprendizado Experiencial é um método pedagógico que utiliza experiências para possibilitar a aprendizagem, permitindo que o aluno vivencie na prática o objeto de estudo, atribuindo maior significância ao que se aprende. Essa metodologia é baseada nos seguintes fundamentos:

- 1 – Aprender na prática.
- 2 – Mudança no papel do professor, que deixa de ser o detentor do conhecimento e se torna um facilitador nas experiências dos alunos, os guiando para que possam chegar a resultados satisfatórios.
- 3 – Capacidade de replicar o conhecimento.
- 4 – Compreender os processos, além de teorias e conceitos abstratos.
- 5 – Utilizar diversas formas de aprender.

Aprendizado Situado

O Aprendizado Situado pode ser entendido como uma metodologia que utiliza a experimentação em grupos, dentro do contexto social dos indivíduos, de modo a desenvolver uma aprendizagem significativa através de um processo de protagonismo dos alunos, permitindo a troca de conhecimento entre os membros do grupo, a partir da vivência adquirida.

Nesse contexto, é importante que se destaque três aspectos fundamentais do aprendizado classificado como situado:

- 1 – Remete a pensamentos e ações das pessoas que acontecem em um mesmo espaço e tempo;
- 2 – Refere-se a práticas sociais que envolvem a participação de outras pessoas;
- 3 – Está atrelado a contextos sociais que funcionam como fonte de significados e conhecimentos.

— **Psicanálise e Psicologia histórico-cultural**

A psicologia histórico-cultural trabalha como a formação da consciência a partir das relações sociais. Com isso, se objetiva a aproximação entre o aluno e o objeto do conhecimento através de elementos pertencentes ao cotidiano dele, promovendo uma aprendizagem efetiva.

Nesse contexto, fica o professor responsável por mediar a interação entre o aluno e o objeto de conhecimento, democratizando o processo de ensino, descentralizando-o de sua figura, enquanto detentor do saber.

**A RELAÇÃO DESENVOLVIMENTO/ APRENDIZAGEM:
DIFERENTES ABORDAGENS**

O desenvolvimento, em termos amplos, refere-se a um processo contínuo e dinâmico de crescimento, mudança e aprimoramento ao longo da vida de um indivíduo. Esse conceito abrange várias dimensões, incluindo o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e moral. Cada uma dessas áreas contribui para a formação completa e complexa de uma pessoa.

O desenvolvimento físico compreende as mudanças corporais que ocorrem desde o nascimento até a idade adulta. Isso inclui marcos como o crescimento em altura, desenvolvimento motor, maturação sexual e mudanças no sistema nervoso. As influências genéticas e ambientais desempenham papéis cruciais nesse processo, afetando a saúde e o bem-estar geral.



O desenvolvimento cognitivo refere-se ao crescimento das habilidades mentais e à aquisição de conhecimento ao longo do tempo. Teorias como a de Jean Piaget destacam estágios específicos, como o sensório-motor, pré-operacional, operacional concreto e operacional formal, que descrevem padrões de desenvolvimento cognitivo em crianças. O aprendizado, a memória, o raciocínio e a resolução de problemas são aspectos essenciais desse componente do desenvolvimento.

No âmbito emocional, o desenvolvimento envolve a compreensão e a gestão das emoções. As relações interpessoais, a autoconsciência e a regulação emocional são aspectos centrais desse processo. O desenvolvimento emocional é influenciado pelas interações sociais, experiências familiares e culturais, moldando a capacidade de lidar com desafios e relacionar-se eficazmente com os outros.

O desenvolvimento social está relacionado à interação com o ambiente social ao redor. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades sociais, normas culturais, papéis de gênero e identidade social. Ao longo da vida, os indivíduos desenvolvem uma compreensão mais sofisticada de como se encaixam na sociedade, construindo relações e participando em grupos diversos.

A dimensão moral do desenvolvimento envolve a formação de valores, ética e princípios morais. As teorias de desenvolvimento moral, como as de Lawrence Kohlberg, descrevem estágios pelos quais as pessoas passam na construção de sua compreensão moral, desde a obediência por medo de punição até a internalização de princípios éticos mais abstratos.

Em síntese, o desenvolvimento é um processo multifacetado e interconectado que abrange diversas dimensões da vida humana. Cada uma dessas áreas contribui para a formação única de cada indivíduo, sendo moldada por uma interação complexa entre fatores genéticos, ambientais e culturais ao longo do tempo. O entendimento abrangente do desenvolvimento é essencial para orientar práticas educacionais, de saúde e sociais, visando promover o crescimento e o bem-estar ao longo da vida.

A aprendizagem escolar é um processo complexo e multifacetado que envolve a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes pelos alunos no ambiente educacional. Este processo é influenciado por uma variedade de fatores, incluindo métodos de ensino, interação social, ambiente escolar e características individuais dos alunos.

Um dos pilares fundamentais da aprendizagem escolar é a instrução fornecida pelos educadores. Esses profissionais desempenham um papel crucial ao apresentar conceitos, facilitar a compreensão, e criar um ambiente propício ao desenvolvimento intelectual dos alunos. Métodos de ensino variados, como aulas expositivas, atividades práticas, discussões em grupo e projetos colaborativos, são empregados para atender às diferentes necessidades de aprendizagem.

Além disso, a interação social desempenha um papel significativo na aprendizagem escolar. O contato com colegas e professores proporciona oportunidades para a troca de ideias, construção de conhecimento coletivo e desenvolvimento de habilidades sociais. A colaboração em projetos e atividades em sala de aula contribui para o crescimento intelectual e social dos alunos.

O ambiente escolar também desempenha um papel vital. Instalações bem equipadas, bibliotecas, laboratórios e recursos tecnológicos podem enriquecer a experiência de aprendizagem. Além disso, uma atmosfera positiva e inclusiva promove um engajamento mais efetivo dos alunos.

As características individuais dos alunos, como estilos de aprendizagem, interesses e habilidades, também influenciam diretamente o processo de aprendizagem. Os educadores devem adaptar suas estratégias de ensino para atender às diversas necessidades do grupo, proporcionando um ambiente que estimule o desenvolvimento integral de cada aluno.

Além do aprendizado de conteúdos acadêmicos, a aprendizagem escolar visa desenvolver habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação eficaz e aprendizado ao longo da vida. Ao promover uma abordagem holística, a educação escolar busca preparar os alunos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para enfrentar os desafios da vida cotidiana e contribuir para a sociedade de maneira significativa.

— Abordagens no processo de ensino e aprendizagem

O processo de ensino e aprendizagem constitui uma complexa jornada, influenciada por diversas abordagens educacionais que buscam aprimorar a transmissão de conhecimento e a assimilação pelos aprendizes. Essas abordagens refletem filosofias e teorias que norteiam práticas pedagógicas, abrangendo desde métodos mais tradicionais até abordagens contemporâneas, as quais enfatizam a tecnologia e a autonomia do aluno. Vamos agora explorar de forma mais abrangente algumas das principais abordagens que permeiam o cenário educacional.

Abordagem tradicional

A abordagem tradicional na educação refere-se a um método pedagógico que tem raízes históricas e se baseia em princípios de ensino mais convencionais. Este modelo tradicional tem sido predominante ao longo dos anos, embora tenha enfrentado críticas e desafios nas últimas décadas.

No contexto da abordagem tradicional, a ênfase recai sobre o papel central do professor como detentor do conhecimento e principal transmissor das informações. O processo de ensino geralmente segue um formato unidirecional, onde o educador apresenta o conteúdo de forma estruturada e os alunos têm o papel de receptores passivos dessas informações. A comunicação é predominantemente vertical, com a autoridade do professor sendo um aspecto central do ambiente educacional.

O método tradicional muitas vezes envolve a memorização de fatos e informações, com avaliações baseadas em testes e exames. A aprendizagem é frequentemente vista como um processo linear, com o avanço para o próximo nível dependendo do domínio do conteúdo anterior. O currículo é geralmente padronizado e sequencial, seguindo uma estrutura rígida de disciplinas.

A abordagem tradicional também destaca a importância do controle e da disciplina na sala de aula. As regras são estabelecidas e a obediência é valorizada como uma característica fundamental dos alunos. O ambiente de aprendizagem é frequentemente estruturado e hierárquico, com o professor desempenhando um papel autoritário na condução das atividades educacionais.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

AS DIFERENTES CORRENTES DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO E AS IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRO

Pedagogia Tradicional

A Pedagogia Tradicional é uma das primeiras correntes que influenciaram o pensamento educacional no Brasil. Ela se consolidou no período colonial, principalmente com a chegada da Companhia de Jesus em 1549, e predominou até o início do século XX.

Essa corrente é caracterizada por:

- Centralidade no professor: O mestre ocupa o papel central no processo de ensino, sendo o detentor do conhecimento e responsável pela sua transmissão direta aos alunos.
- Método expositivo e repetitivo: O ensino baseia-se na exposição oral dos conteúdos, com ênfase na memorização e na repetição mecânica.
- Conteúdos fixos e enciclopédicos: O currículo é rígido, estruturado em torno de disciplinas tradicionais (como Línguas, Matemática, Filosofia e Religião), com pouca ou nenhuma adaptação ao contexto social dos alunos.
- Hierarquia e disciplina rígida: As relações entre professor e aluno são verticais, com ênfase na obediência, na ordem e na disciplina.
- Alunos como receptores passivos: O estudante é visto como um recipiente vazio, cuja função é absorver o conhecimento transmitido pelo professor.
- Elitismo: A educação tradicional era voltada às elites, com exclusão das classes populares, restringindo-se principalmente à formação das lideranças políticas e religiosas.

Durante o período colonial, o ensino era controlado pelos jesuítas, que tinham como principal objetivo a formação religiosa e moral da elite dirigente. As aulas ocorriam nos colégios jesuítas, onde eram ensinadas disciplinas como Gramática Latina, Retórica e Teologia.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, sob ordem do Marquês de Pombal, houve uma tentativa de secularização da educação, mas a estrutura e os métodos tradicionais permaneceram intactos. Essa forma de ensino continuou predominando até o início das reformas educacionais no século XX.

Implicações na Educação

A Pedagogia Tradicional influenciou profundamente a organização do sistema educacional brasileiro em seus primeiros séculos. Suas implicações incluem:

- Currículo Enciclopédico e Rígido: O ensino tradicional priorizou a transmissão de conteúdos universais, desvinculados da realidade social do aluno. Esse modelo hierarquizou as disciplinas, com ênfase na Língua Portuguesa, Matemática e Religião.
- Métodos de Ensino Autoritários: A sala de aula era organizada de forma rígida, com os alunos sentados em fileiras e o professor posicionado como autoridade central. A avaliação baseava-se em provas orais e escritas que exigiam a reprodução fiel dos conteúdos memorizados.
- Elitismo Educacional: A educação tradicional era acessível apenas às elites econômicas e políticas, excluindo grande parte da população, sobretudo negros, indígenas e pessoas das classes trabalhadoras. Esse caráter seletivo e excludente gerou um sistema educacional desigual.
- Influência Religiosa: A educação jesuítica e, posteriormente, a forte presença da Igreja Católica na escola consolidaram uma perspectiva moralizante, em que os valores religiosos eram centrais no processo formativo.

Críticas à Pedagogia Tradicional

Apesar de sua predominância histórica, a Pedagogia Tradicional foi criticada por:

- Desconsiderar o aluno como sujeito ativo do processo educativo;
- Priorizar a memorização em detrimento da reflexão crítica;
- Manter a educação como privilégio das elites, perpetuando desigualdades sociais;
- Ser descontextualizada da realidade sociocultural brasileira, ignorando as necessidades do país.

Essas críticas impulsionaram o surgimento de novas correntes pedagógicas, como a Escola Nova e a Pedagogia Libertadora, que buscavam transformar a educação brasileira em uma ferramenta democrática e crítica.

Exemplo Prático

Um exemplo típico da Pedagogia Tradicional é o modelo de ensino aplicado nos colégios jesuítas durante o período colonial. As aulas eram centradas no professor, que transmitia os conteúdos de forma expositiva, exigindo dos alunos a memorização de textos religiosos, como o catecismo, e de regras gramaticais do Latim.

Esse modelo pode ser comparado às práticas de ensino que persistiram em muitas escolas até meados do século XX, onde a rigidez, a hierarquia e o foco na memorização dominavam o ambiente escolar.

Pedagogia Renovada ou Escola Nova

A Pedagogia Renovada, também conhecida como Escola Nova, foi um movimento pedagógico que surgiu como uma crítica direta ao modelo tradicional de ensino, predominante até o início do século XX. Inspirada por ideais progressistas e democráticos, a Escola Nova chegou ao Brasil como uma proposta de modernização educacional, alinhada às transformações sociais, culturais e econômicas daquele período. Sua principal característica foi a defesa de uma educação centrada no aluno, na experiência prática e no desenvolvimento integral das suas potencialidades.

Contexto Histórico e Ideias Principais

O movimento da Escola Nova teve suas origens na Europa e nos Estados Unidos, principalmente com as contribuições do filósofo e educador John Dewey, que propunha uma educação ativa e voltada à vida prática. Dewey acreditava que a escola deveria ser um ambiente democrático, preparando os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade. Seus princípios, como o “aprender fazendo” (learning by doing), influenciaram profundamente a pedagogia renovada brasileira.

No Brasil, o movimento ganhou força nas décadas de 1920 e 1930, especialmente com a atuação de intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Manoel Lourenço Filho e outros educadores que ficaram conhecidos como Pioneiros da Educação Nova. Em 1932, esses educadores publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um documento que defendia a escola pública, gratuita, obrigatória e laica como direito fundamental de todos os cidadãos. Esse manifesto foi um marco na luta por uma educação mais democrática e alinhada às necessidades sociais e econômicas do Brasil moderno.

Características Pedagógicas

A Pedagogia Renovada propunha uma ruptura com a escola tradicional, introduzindo novas práticas e concepções sobre o ensino e a aprendizagem. Em vez de considerar o aluno um receptor passivo de conhecimento, a Escola Nova entendia que ele deveria ser protagonista do próprio aprendizado, participando ativamente das atividades escolares. A educação, nesse sentido, deveria ser mais prática, crítica e ligada ao cotidiano.

A ênfase passou a ser no desenvolvimento das habilidades cognitivas, emocionais e sociais do aluno, valorizando a experimentação e a observação como métodos de ensino. O professor, por sua vez, deixava de ser a figura autoritária e central da sala de aula para assumir o papel de mediador do conhecimento. Sua função era guiar o aluno, incentivando-o a pensar, questionar e resolver problemas.

Outro ponto importante foi a introdução de atividades lúdicas e artísticas no currículo, como forma de promover a criatividade e o desenvolvimento integral das crianças. A educação passou a ser vista como um processo que precisava respeitar as características e os interesses individuais dos alunos, adaptando-se à sua idade e ao seu contexto social.

Implicações na Organização do Sistema Educacional

As ideias da Pedagogia Renovada trouxeram profundas transformações na organização do sistema educacional brasileiro. A Escola Nova influenciou diretamente a estruturação do ensino público, consolidando a ideia de uma educação mais universal e democrática. Sob essa perspectiva, surgiram as primeiras experiências de escolas experimentais, que aplicavam métodos ativos e inovadores de ensino.

Além disso, as propostas da Escola Nova foram incorporadas nas reformas educacionais das décadas de 1930 e 1940, como na Reforma Francisco Campos (1931) e na Reforma Gustavo Capanema (1942), que buscaram modernizar o ensino secundário e profissionalizante no país. A criação de uma escola primária obrigatória e gratuita também foi um avanço importante impulsionado pelo movimento, embora sua implementação tenha enfrentado resistências em um país marcado por desigualdades sociais e econômicas.

A Pedagogia Renovada influenciou ainda a formação de professores, que passaram a receber treinamento específico para atuar de forma mais crítica e reflexiva. Os cursos de didática e metodologia passaram a incluir as novas ideias educacionais, buscando preparar docentes que pudessem aplicar métodos inovadores em sala de aula.

Limites e Críticas

Apesar de seus avanços, a Pedagogia Renovada também foi alvo de críticas. Um dos principais questionamentos era que, embora suas ideias fossem progressistas, a implementação prática enfrentou dificuldades em um país com altos índices de analfabetismo e carências estruturais. A falta de investimento e a resistência das elites econômicas limitaram o alcance das reformas propostas pelo movimento.

Além disso, críticos apontavam que a ênfase excessiva no “aprender fazendo” poderia levar a uma desvalorização dos conteúdos acadêmicos e a uma formação superficial. Muitos acreditavam que a Escola Nova focava demais no método e deixava de lado a seriedade na transmissão do conhecimento formal.

Legado da Pedagogia Renovada

Apesar das críticas e dos limites, a Pedagogia Renovada deixou um legado duradouro para a educação brasileira. Suas propostas abriram espaço para a criação de uma educação mais democrática, inclusiva e participativa, defendendo a importância do aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem.

A influência da Escola Nova pode ser percebida até os dias de hoje, principalmente em práticas pedagógicas que valorizam a experimentação, a criatividade e a interação entre os alunos. Os princípios de Anísio Teixeira e dos pioneiros da Escola Nova inspiraram a redemocratização da educação pública, consolidada na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, que reafirmam a educação como um direito de todos e dever do Estado.

Pedagogia Tecnicista

A Pedagogia Tecnicista emergiu no Brasil como uma resposta às demandas sociais e econômicas da segunda metade do século XX, especialmente durante o período da ditadura militar (1964-1985). Fortemente influenciada pelos ideais do positivismo e da teoria behaviorista, essa corrente pedagógica priorizava a eficiência, a produtividade e a formação do aluno para o mercado de

trabalho. Seu objetivo central era adequar a educação às exigências de um país em processo de industrialização e modernização, adotando métodos mais pragmáticos e instrumentalizados.

Contexto Histórico e Fundamentação Teórica

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por grandes mudanças econômicas e tecnológicas, que impactaram também os sistemas educacionais. No Brasil, o regime militar instaurado em 1964 via a educação como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico e a formação de mão de obra especializada. Nesse contexto, a Pedagogia Tecnicista tornou-se a base das políticas educacionais, buscando adequar o ensino às necessidades do mercado capitalista e da industrialização acelerada.

A fundamentação teórica da Pedagogia Tecnicista está na teoria behaviorista, especialmente nas ideias de B.F. Skinner, que entendia o comportamento humano como resultado de estímulos e respostas. O processo de ensino-aprendizagem, sob essa ótica, deveria ser planejado e controlado de forma sistemática, com objetivos claros e avaliados por meio de testes padronizados. O foco era garantir a eficiência e a mensuração do aprendizado, priorizando resultados concretos e mensuráveis.

Características da Pedagogia Tecnicista

A Pedagogia Tecnicista introduziu na educação brasileira uma série de práticas e valores alinhados à lógica da industrialização e à racionalidade técnica. Entre suas principais características estão:

- **Planejamento Racional e Sistematizado:** A educação passou a ser encarada como um sistema organizado, semelhante a uma linha de produção industrial. O ensino era planejado em etapas, com objetivos claros, métodos padronizados e avaliação constante dos resultados.
- **Currículo Fragmentado e Instrumental:** O conteúdo escolar foi organizado em disciplinas compartimentalizadas, com foco na formação técnica e profissional. A preocupação central era a transmissão de habilidades e conhecimentos úteis para o mercado de trabalho, deixando em segundo plano a formação crítica e humanística.
- **Uso de Tecnologias Educacionais:** A Pedagogia Tecnicista incorporou a utilização de recursos audiovisuais, apostilas e outros materiais didáticos padronizados. Essas tecnologias buscavam otimizar o processo de ensino, tornando-o mais eficiente e menos dependente da mediação do professor.
- **Avaliação Quantitativa e Padronizada:** O desempenho dos alunos passou a ser medido por meio de testes objetivos, que buscavam avaliar de forma padronizada o aprendizado. A ênfase estava em resultados mensuráveis e na eficiência do ensino.
- **O Papel do Professor como Técnico:** O professor deixou de ser um mediador do conhecimento para assumir o papel de executor de um plano de ensino previamente estabelecido. Sua função era garantir a aplicação eficiente dos métodos e a obtenção de resultados.

Implicações na Organização do Sistema Educacional

A Pedagogia Tecnicista teve forte impacto na estrutura e organização do sistema educacional brasileiro. Durante o regime militar, a educação foi reformulada para atender às demandas do mercado, com foco na formação profissionalizante e na preparação de uma força de trabalho técnica e especializada.

Uma das principais mudanças foi a Reforma do Ensino Secundário de 1971 (Lei nº 5.692/71), que tornou obrigatória a profissionalização no ensino médio. As escolas passaram a oferecer cursos técnicos e currículos voltados para a formação profissional, desconsiderando a dimensão crítica e humanística da educação.

Essa reforma transformou o ensino em uma prática pragmática e voltada para resultados. A organização curricular passou a priorizar disciplinas técnicas e objetivas, alinhadas às necessidades econômicas do país. Ao mesmo tempo, a avaliação padronizada ganhou destaque como forma de medir a eficácia do ensino, afastando-se de abordagens mais reflexivas e subjetivas.

Além disso, a presença das tecnologias educacionais consolidou-se nas escolas, com a adoção de apostilas, filmes educativos e outros materiais pré-produzidos. Esses recursos, embora facilitassem a padronização do ensino, reduziram o papel do professor, que passou a ser um aplicador de técnicas em vez de um educador reflexivo.

Críticas à Pedagogia Tecnicista

Apesar de sua ênfase na eficiência e na preparação para o mercado, a Pedagogia Tecnicista foi amplamente criticada por sua visão reducionista da educação. As principais críticas incluem:

- **Desumanização do processo educacional:** A educação passou a ser vista como uma prática técnica e mecânica, desconsiderando as dimensões culturais, sociais e afetivas do aprendizado.
- **Alienação e ausência de criticidade:** Ao priorizar a formação técnica, a Pedagogia Tecnicista afastou a escola de sua função crítica e transformadora, alienando os alunos em relação à sua realidade social.
- **Desigualdade social:** A reforma educacional de 1971 consolidou a dualidade do ensino, oferecendo uma educação técnica e simplificada para as classes populares e um ensino mais crítico e reflexivo para as elites.
- **Redução do papel do professor:** A desvalorização do papel do professor como mediador do conhecimento foi outro ponto de crítica, visto que ele passou a ser tratado como um simples executor de técnicas.

Legado da Pedagogia Tecnicista

Embora tenha sido amplamente criticada, a Pedagogia Tecnicista deixou marcas significativas no sistema educacional brasileiro. Sua influência pode ser percebida até hoje em práticas como a avaliação padronizada, os currículos fragmentados e o uso de tecnologias educacionais em larga escala.

A reforma educacional imposta durante o período militar também teve impactos duradouros, reforçando as desigualdades sociais e limitando as possibilidades de uma educação crítica e emancipadora para as classes menos favorecidas.

Por outro lado, a crítica à Pedagogia Tecnicista impulsionou o surgimento de movimentos pedagógicos alternativos, como a Pedagogia Libertadora e a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, que buscaram resgatar a dimensão crítica e humanista da educação.



Pedagogia Libertadora

A Pedagogia Libertadora, também chamada de Pedagogia Crítica, é uma das mais importantes correntes do pensamento educacional brasileiro. Ela surge como uma resposta aos modelos tradicionais e tecnicistas de educação, propondo uma abordagem profundamente humanista, dialógica e voltada para a transformação social. Sua principal referência é Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros e autor de obras fundamentais como *Pedagogia do Oprimido* (1970) e *Educação como Prática da Liberdade* (1967).

Freire apresenta uma visão inovadora de educação, rompendo com a perspectiva bancária – que trata o aluno como um “recipiente vazio” a ser preenchido – e propondo uma educação conscientizadora e libertadora, em que o aprendizado nasce do diálogo, da reflexão crítica e da ação transformadora.

Contexto Histórico e Fundamentação Teórica

A Pedagogia Libertadora desenvolveu-se no Brasil nos anos 1960, um período marcado por profundas desigualdades sociais, alto índice de analfabetismo e grande agitação política. A proposta freireana surge, então, como uma crítica à educação alienante e como um instrumento para a emancipação das classes oprimidas.

Paulo Freire acreditava que a educação não poderia ser neutra: ou ela perpetua as estruturas de opressão ou contribui para a libertação dos indivíduos. Para ele, a aprendizagem deveria partir da realidade concreta do educando, buscando, por meio do diálogo e da problematização, desenvolver uma consciência crítica capaz de transformar a sociedade. Essa abordagem é inspirada na filosofia humanista-existencialista e no materialismo histórico-dialético, que enxergam o homem como sujeito ativo na história.

Características da Pedagogia Libertadora

A Pedagogia Libertadora rompe com a verticalidade da educação tradicional e propõe um modelo horizontal e dialógico, no qual professores e alunos constroem juntos o conhecimento. Suas principais características incluem:

Educação Dialógica

A base da pedagogia libertadora é o diálogo entre educador e educando. Paulo Freire rejeita a relação hierárquica, propondo que o professor e o aluno aprendam mutuamente, em um processo colaborativo. O diálogo é uma ferramenta essencial para que o aluno compreenda a sua realidade e se conscientize dos problemas sociais.

Superação da Educação Bancária

Freire critica o modelo bancário, no qual o aluno é visto como um “depósito” de informações passadas pelo professor. Na perspectiva libertadora, o aluno é protagonista do processo educativo, capaz de refletir criticamente sobre a realidade e agir para transformá-la.

Temas Geradores

A prática pedagógica deve partir da realidade do educando. Freire propõe que o conteúdo curricular seja organizado a partir de temas geradores, ou seja, assuntos extraídos do cotidiano e da cultura dos alunos, que sirvam como ponto de partida para discussões e reflexões críticas.

Conscientização

A educação libertadora busca desenvolver a consciência crítica nos alunos. Isso significa que eles devem entender sua condição social, reconhecer as estruturas opressoras que os cercam e buscar formas de transformá-las. Freire chama esse processo de “conscientização”, que é um ato político e pedagógico.

Práxis

A educação libertadora não se limita à teoria, mas integra teoria e prática em um processo chamado de práxis. O aluno, ao refletir sobre a sua realidade, deve ser capaz de agir para transformá-la. A práxis representa, portanto, a união entre reflexão e ação crítica.

Implicações na Organização do Sistema Educacional

A Pedagogia Libertadora influenciou a educação brasileira de diversas formas, especialmente no campo da educação popular e da alfabetização de adultos. Durante a década de 1960, Paulo Freire aplicou suas ideias no Movimento de Cultura Popular (MCP), em Pernambuco, desenvolvendo um método de alfabetização inovador e eficaz.

Esse método baseava-se na utilização de palavras geradoras, retiradas da vida cotidiana dos alunos, como ponto de partida para a alfabetização e a reflexão crítica. O processo era rápido e eficiente porque conectava a linguagem escrita com a realidade vivida pelos participantes.

As ideias da Pedagogia Libertadora também influenciaram movimentos sociais e programas educacionais, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) na década de 1960. Mesmo após a interrupção desses projetos pela ditadura militar, a influência de Paulo Freire permaneceu e ganhou destaque na redemocratização do país.

Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, os princípios da gestão democrática e da educação como instrumento de inclusão social passaram a ser contemplados nas políticas educacionais. A ideia de construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas é um reflexo direto da visão freireana de educação participativa e crítica.

Críticas à Pedagogia Libertadora

Apesar de seu impacto positivo, a Pedagogia Libertadora também foi alvo de críticas. Alguns educadores afirmam que a ênfase no diálogo e na conscientização pode gerar dificuldades na sistematização dos conteúdos formais, como Matemática e Língua Portuguesa. Além disso, há quem argumente que o caráter político da proposta pode ser interpretado como doutrinário, principalmente quando aplicado em contextos escolares mais conservadores.

Outra crítica está na dificuldade de implementação prática da pedagogia libertadora em um sistema educacional marcado por desigualdades estruturais, falta de recursos e excesso de conteúdos programáticos.

Legado de Paulo Freire e da Pedagogia Libertadora

Apesar das críticas, o legado da Pedagogia Libertadora é inegável. Paulo Freire tornou-se um dos maiores defensores da educação como prática de liberdade e transformação social. Sua obra influenciou movimentos sociais, políticas públicas e práticas pedagógicas no Brasil e no mundo.

USO DE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO E INFORMÁTICA BÁSICA

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (NOÇÕES DE VÍRUS E PRAGAS VIRTUAIS, PROCEDIMENTOS DE BACKUP)

Segurança da informação é um conceito ligado à defesa e a proteção aos dados, fazendo com que os dados sejam acessados somente pelos responsáveis de direito e os mecanismos para sua proteção de códigos maliciosos.

Dentro deste conceito temos as políticas de segurança de informação que são aplicadas pela empresa juntamente com a área de tecnologia da informação para tratar este assunto para evitarem problemas de confiabilidade e integridade da informação.

A segurança da informação se aplica a todos em conceito geral. As pessoas físicas e jurídicas expõem dados sensíveis na rede, portanto estes dados devem estar confiáveis, íntegros e seguros.

A segurança da informação envolve o bloqueio e o combate de ataques virtuais, identificação de vulnerabilidades, proteção, regras e controle de acesso aos dados.

Noções de vírus, worms e pragas virtuais

– **Malwares (Pragas):** São programas mal intencionados, isto é, programas maliciosos que servem para danificar seu sistema e diminuir o desempenho do computador;

– **Vírus:** São programas maliciosos que, para serem iniciados, é necessária uma ação (por exemplo um clique por parte do usuário);

– **Worms:** São programas que diminuem o desempenho do sistema, isto é, eles exploram a vulnerabilidade do computador se instalam e se replicam, não precisam de clique do mouse por parte do usuário ou ação automática do sistema.

Aplicativos para segurança

– **Antivírus:** O antivírus é um software que encontra arquivos e programas maléficos no computador. Nesse sentido o antivírus exerce um papel fundamental protegendo o computador. O antivírus evita que o vírus explore alguma vulnerabilidade do sistema ou até mesmo de uma ação inesperada em que o usuário aciona um executável que contém um vírus. Ele pode executar algumas medidas como quarentena, remoção definitiva e reparos.

O antivírus também realiza varreduras procurando arquivos potencialmente nocivos advindos da Internet ou de e-mails e toma as medidas de segurança.

– **Firewall:** Firewall, no caso, funciona como um filtro na rede. Ele determina o que deve passar em uma rede, seja ela local ou corporativa, bloqueando entradas indesejáveis e protegendo assim o computador. Pode ter regras simples ou complexas, dependendo da implementação, isso pode ser limitado a combinações simples de IP / porta ou fazer verificações completas.

– **Antispyware:** Spyware é um software espião, que rouba as informações, em contrário, o antispyware protege o computador funcionando como o antivírus em todos os sentidos, conforme relatado acima. Muitos antivírus inclusive já englobam tais funções em sua especificação.

Procedimentos de backup

Backup é uma cópia dos dados para segurança e proteção. É uma forma de proteger e recuperar os dados na ocorrência de algum incidente. Desta forma os dados são protegidos contra corrupção, perda, desastres naturais ou causados pelo homem.

Nesse contexto, temos quatro modelos mais comumente adotados: o backup completo, o incremental, o diferencial e o espelho. Geralmente fazemos um backup completo na nuvem (Através da Internet) e depois um backup incremental para atualizar somente o que mudou, mas vamos detalhar abaixo os tipos para um entendimento mais completo.

– **Backup completo:** Como o próprio nome diz, é uma cópia de tudo, geralmente para um disco e fita, mas agora podemos copiar para a Nuvem, visto que hoje temos acesso a computadores através da internet. Apesar de ser uma cópia simples e direta, é demorada, nesse sentido não é feito frequentemente. O ideal é fazer um plano de backup combinado entre completo, incremental e diferencial.

– **Backup incremental:** Nesse modelo apenas os dados alterados desde a execução do último backup serão copiados. Geralmente as empresas usam a data e a hora armazenada para comparar e assim atualizar somente os arquivos alterados. Geralmente é uma boa opção por demorar menos tempo, afinal só as alterações são copiadas, inclusive tem um tamanho menor por conta destes fatores.

– **Backup diferencial:** Este modelo é semelhante ao modelo incremental. A primeira vez ele copia somente o que mudou do backup completo anterior. Nas próximas vezes, porém, ele continua fazendo a cópia do que mudou do backup anterior, isto é, engloba as novas alterações. Os backups diferenciais são maiores que os incrementais e menores que os backups completos.

– **Backup Espelho:** Como o próprio nome diz, é uma cópia fiel dos dados, mas requer uma estrutura complexa para ser mantido. Imaginem dois lugares para gravar dados ao mesmo tempo, daí o nome de espelho. Este backup entra em ação rápido na falha do principal, nesse sentido este modelo é bom, mas ele não guarda versões anteriores. Se for necessária uma recuperação de uma hora específica, ele não atende, se os dados no principal estiverem corrompidos, com certeza o espelho também estará.

SEQUÊNCIA DE BACKUP	BACKUP COMPLETO	BACKUP ESPELHO	BACKUP INCREMENTAL	BACKUP DIFERENCIAL
Backup 1	Copia tudo	Seleciona tudo e copia	-	-
Backup 2	Copia tudo	Seleciona tudo e copia	Copia as mudanças do backup 1	Copia as mudanças do backup 1
Backup 3	Copia tudo	Seleciona tudo e copia	Copia as mudanças do backup 2	Copia as mudanças do backup 1
Backup 4	Copia tudo	Seleciona tudo e copia	Copia as mudanças do backup 3	Copia as mudanças do backup 1

CONHECIMENTO DA PLATAFORMA GOOGLE (GOOGLE SALA DE AULA, GOOGLE DOCUMENTOS, GOOGLE PLANILHA)

GOOGLE DOCUMENTOS

Acessando o Google Docs

Abra seu navegador da web e vá para o site do Google Docs em “docs.google.com”.
Faça login com sua conta do Google (se já não estiver conectado).

Criando um novo documento

Na página principal do Google Docs, clique no botão “+ Novo” no canto superior esquerdo e selecione “Documento”.

Editando o documento

Assim que o documento for aberto, você pode começar a digitar no espaço em branco.
Use a barra de ferramentas na parte superior para formatar o texto, adicionar listas, alterar o estilo, etc.

Formatando texto

Selecione o texto que deseja formatar e use as opções na barra de ferramentas para alterar a fonte, tamanho, cor, negrito, itálico, sublinhado, etc.

Inserindo imagens, links e outros elementos

Para inserir uma imagem, clique em “Inserir” na barra de menu e selecione “Imagem”. Você pode fazer upload de uma imagem do seu computador ou inserir uma imagem por meio de uma URL.

Para inserir um link, selecione o texto que deseja vincular, clique em “Inserir” e selecione “Link”. Insira o URL e clique em “Aplicar”.

Colaboração e comentários

Para colaborar com outras pessoas em tempo real, clique no botão “Compartilhar” no canto superior direito e insira os endereços de e-mail dos colaboradores.

Os colaboradores podem editar o documento ao mesmo tempo, e você pode ver as alterações em tempo real.

Você também pode adicionar comentários clicando com o botão direito do mouse em uma parte do documento e selecionando “Comentar”.

Revisão de alterações

Para revisar as alterações feitas no documento, vá para “Arquivo” na barra de menu e selecione “Revisão de Histórico”. Aqui, você pode ver todas as edições anteriores e revertê-las, se necessário.

Salvando e exportando o documento

O Google Docs salva automaticamente seu trabalho conforme você digita. No entanto, você também pode clicar em “Arquivo” e selecionar “Salvar” para garantir que suas alterações sejam salvas.

Para exportar o documento para outro formato, como Microsoft Word ou PDF, vá para “Arquivo” e selecione “Download” e escolha o formato desejado.

GOOGLE PLANILHAS

Acessando o Google Planilhas

Abra seu navegador da web e vá para o site do Google Planilhas em “sheets.google.com”.
Faça login com sua conta do Google (se já não estiver conectado).

Criando uma nova planilha

Na página principal do Google Planilhas, clique no botão “+ Novo” no canto superior esquerdo e selecione “Planilha”.

Editando a planilha

Uma nova planilha será aberta e você poderá começar a inserir dados e trabalhar nela.

Cada célula pode conter texto, números ou fórmulas. Basta clicar na célula desejada e começar a digitar.

Formatação da planilha

Use as opções na barra de ferramentas superior para formatar suas células. Você pode alterar a fonte, tamanho, cor e estilos de texto, bem como formatar números, datas e mais.

Fórmulas e funções

Para realizar cálculos e manipular dados, você pode usar fórmulas e funções.

Digite “=” seguido pela fórmula desejada na célula onde deseja que o resultado apareça. Por exemplo, “=A1+B1” soma os valores das células A1 e B1.

Inserindo gráficos

Selecione os dados que deseja incluir no gráfico.

Na barra de menu, clique em “Inserir” e depois em “Gráfico”. Selecione o tipo de gráfico desejado e personalize conforme necessário.

Compartilhamento e colaboração

Clique no botão “Compartilhar” no canto superior direito para compartilhar sua planilha com outras pessoas.

Você pode definir permissões de visualização, edição ou comentário para os colaboradores.

Revisão de alterações

Para revisar as alterações feitas na planilha ao longo do tempo, vá para “Arquivo” na barra de menu e selecione “Histórico de revisão”. Aqui, você pode ver quem fez quais alterações e restaurar versões anteriores, se necessário.

Salvando e exportando a planilha

O Google Planilhas salva automaticamente suas alterações conforme você trabalha. No entanto, você pode clicar em “Arquivo” e selecionar “Salvar” para garantir que suas alterações sejam salvas.

Para exportar a planilha para outro formato, como Excel ou PDF, vá para “Arquivo” e selecione “Download” e escolha o formato desejado.

GOOGLE CLASSROOM

Classroom é o nome sala de aula em inglês, é o serviço do google que permite que alunos e professores interajam entre si, de acordo com o conteúdo ensinado.

Dentro da sala de aula o aluno aceita o convite, realizado pelo professor, para participar das atividades propostas dentro de determinado período.

Pontos importantes relatados abaixo:

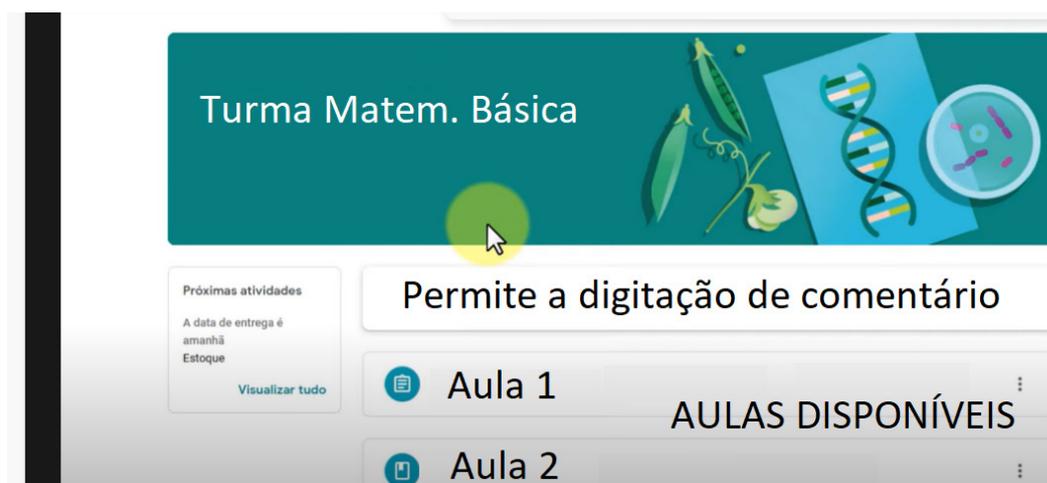
- **Integração entre o GOOGLE CLASSROOM (Google sala de aula) e os serviços do google:**
- Permite armazenar materiais do professor e do aluno no **Google Drive;**
- Interação com o google agenda, para marcar datas de entrega;
- Alunos e professores precisam de uma conta **Google (GOOGLE.COM);**
- É preciso que a escola tenha uma conta no **Gsuite For Education** (conta gratuita).

O professor cria uma turma no GOOGLE CLASSROOM e convida os alunos para participar da turma.

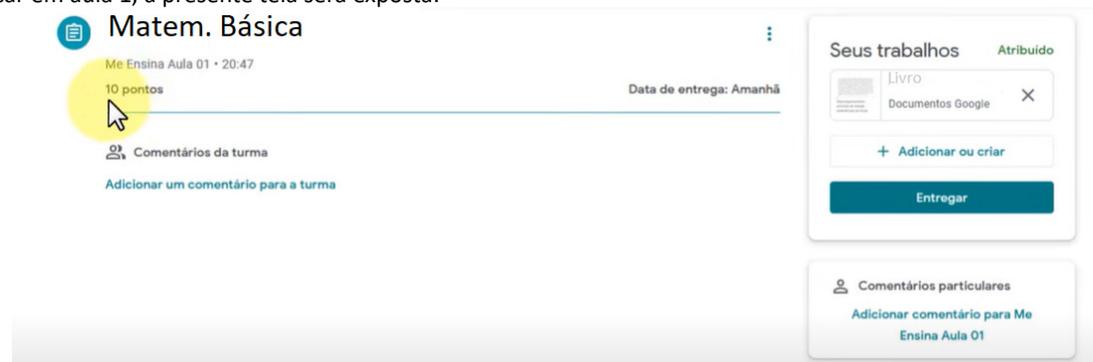
Para entrar no Google Classroom basta clicar no ícone indicado na figura abaixo, a partir desse processo, o professor poderá criar uma turma.



Uma vez criada a turma pelo professor e os alunos terem aceitado o convite para entrar na turma, os discentes terão acesso a seguinte tela:



Ao clicar em aula 1, a presente tela será exposta:



Nesta tela, os alunos poderão comentar e entregar atividades anexando documentos que estão no Google Drive. Dentro da "Turma" também é possível acompanhar as atividades e visualizar os participantes, como descrito na seguinte imagem:



DIRETRIZES, PARÂMETROS, MEDIDAS E DISPOSITIVOS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .ARTIGOS Nº 205 A Nº 214

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156-A; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156-A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156-A, § 2º; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea “a” do inciso X do caput e no § 2º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementarará os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcancem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do caput deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no § 1º e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IX - o disposto no caput do art. 160 desta Constituição aplica-se aos recursos referidos nos incisos II e IV do caput deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput e no § 1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do caput deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea “c” do inciso V do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea “c” do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XII - lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIII - a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 desta Constituição para a complementação da União ao Fundeb, referida no inciso V do caput deste artigo, é vedada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 1º O cálculo do VAAT, referido no inciso VI do caput deste artigo, deverá considerar, além dos recursos previstos no inciso II do caput deste artigo, pelo menos, as seguintes disponibilidades: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - receitas de Estados, do Distrito Federal e de Municípios vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino não integrantes dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - cotas estaduais e municipais da arrecadação do salário-educação de que trata o § 6º do art. 212 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - complementação da União transferida a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios nos termos da alínea “a” do inciso V do caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 2º Além das ponderações previstas na alínea “a” do inciso X do caput deste artigo, a lei definirá outras relativas ao nível socioeconômico dos educandos e aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, bem como seus prazos de implementação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 3º Será destinada à educação infantil a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais a que se refere a alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, nos termos da lei.” (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

CURRÍCULOS DO ESPÍRITO SANTO (ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO)

O currículo do Espírito Santo é uma ferramenta essencial que norteia o trabalho pedagógico das escolas públicas e privadas do estado. Ele foi elaborado com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas incorpora características regionais, respeitando a diversidade sociocultural e ambiental do estado.

Educação Infantil

A Educação Infantil no Espírito Santo é a primeira etapa da Educação Básica, voltada para crianças de 0 a 5 anos. A principal diretriz desta etapa é garantir que as crianças aprendam por meio de interações e brincadeiras, em ambientes que promovam segurança e estímulos adequados ao seu desenvolvimento integral.

Campos de Experiência

O currículo está estruturado em cinco campos de experiência, os quais buscam conectar o universo das crianças com diferentes dimensões de aprendizagem:

O eu, o outro e o nós: Enfatiza o autoconhecimento, as relações interpessoais e o respeito à diversidade.

Corpo, gestos e movimentos: Promove o desenvolvimento motor, a percepção corporal e as habilidades físicas.

Traços, sons, cores e formas: Estimula a criatividade, a sensibilidade estética e a expressão artística.

Oralidade e escrita: Introduz as crianças ao mundo da comunicação verbal e não verbal, preparando-as para a alfabetização.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: Desenvolve noções matemáticas e científicas iniciais, além de fomentar a curiosidade sobre o mundo.

Objetivos

•Valorizar as brincadeiras como instrumento pedagógico.

•Incentivar a exploração de diferentes linguagens (corporal, verbal, artística, etc.).

•Respeitar as especificidades de cada fase do desenvolvimento infantil.

O documento também destaca o papel das práticas pedagógicas inclusivas, promovendo a equidade e a participação de todas as crianças, inclusive aquelas com deficiências.

Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, que vai do 1º ao 9º ano, está dividido em anos iniciais (1º ao 5º) e anos finais (6º ao 9º). Seu objetivo é garantir o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, preparando os estudantes para os desafios futuros.

Estrutura por Áreas do Conhecimento

O currículo do Ensino Fundamental é organizado em quatro áreas principais, cada uma com componentes curriculares específicos:

•Linguagens e suas Tecnologias:

Língua Portuguesa

Arte

Educação Física

Língua Inglesa (anos finais)

•Matemática e suas Tecnologias:

Matemática

•Ciências da Natureza:

Ciências (anos iniciais e finais)

Foco na experimentação e no pensamento crítico.

•Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

História

Geografia

Destaques

•Progressão por Competências: O currículo apresenta habilidades esperadas para cada ano escolar, seguindo os princípios da BNCC. Por exemplo, no 1º ano, espera-se que os alunos desenvolvam competências básicas de leitura e escrita; já no 9º ano, são esperadas competências mais avançadas em interpretação textual e resolução de problemas matemáticos.

•Interdisciplinaridade: Incentiva projetos que conectam diferentes áreas do conhecimento, como a relação entre geografia e ciências para entender questões ambientais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor B - Geografia

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: CONCEITOS, TEMAS E TEORIAS DA GEOGRAFIA

O pensamento geográfico tem raízes profundas na história da humanidade, emergindo como uma forma de compreender e interagir com o espaço. Desde as primeiras civilizações, povos antigos desenvolveram conhecimentos sobre seu entorno para atender necessidades práticas, como a agricultura, a navegação e a organização territorial. Embora essas observações não fossem sistemáticas, constituíram as bases para o que mais tarde se tornaria a ciência geográfica.

Na Antiguidade, civilizações como egípcios, mesopotâmicos, indianos e chineses acumularam conhecimentos sobre o ambiente natural, como rios, relevo e climas, registrando essas informações em mapas rudimentares e relatos. Contudo, foi na Grécia Antiga que a geografia adquiriu um caráter mais sistemático. Filósofos e estudiosos gregos buscaram organizar o conhecimento sobre o mundo de forma racional, relacionando as características físicas do espaço com as atividades humanas.

Eratóstenes, no século III a.C., é considerado o “pai da geografia”. Ele cunhou o termo “geografia”, que significa “descrição da Terra”, e realizou medições impressionantes para sua época, como a estimativa da circunferência da Terra. Outros pensadores, como Heródoto, usaram a geografia para contextualizar eventos históricos, enquanto Hiparco e Ptolomeu avançaram no uso da cartografia, estabelecendo sistemas de coordenadas para a representação do espaço.

Durante a Idade Média, o pensamento geográfico na Europa foi amplamente influenciado pela visão teocêntrica da Igreja Católica, que utilizava mapas simbólicos, como o mappa mundi, para representar o mundo sob uma perspectiva religiosa. No entanto, no mundo islâmico, houve avanços significativos na geografia, com estudiosos como Al-Idrisi e Ibn Battuta explorando e registrando informações detalhadas sobre diferentes regiões, contribuindo para a ampliação do conhecimento geográfico.

Com o início das Grandes Navegações nos séculos XV e XVI, a geografia ganhou renovado interesse. A exploração de novos territórios estimulou a produção de mapas mais precisos e relatos detalhados sobre paisagens e povos desconhecidos para os europeus. Essa expansão territorial marcou a transição da geografia descritiva para uma ciência voltada para a exploração e o domínio do espaço, consolidando sua importância na era moderna.

O pensamento geográfico em suas origens foi, portanto, uma resposta às necessidades humanas de adaptação e controle do espaço. Ele evoluiu gradualmente, desde observações práticas até análises sistemáticas, formando os alicerces para os avanços que marcariam a geografia nos séculos posteriores.

A Consolidação da Geografia Moderna e o Determinismo Geográfico

A consolidação da geografia como disciplina científica ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, acompanhando os avanços do pensamento moderno e das transformações trazidas pela Revolução Industrial. Nesse período, a geografia foi estruturada como uma ciência com métodos próprios, voltada para a análise e descrição sistemática do espaço terrestre. Esse processo foi impulsionado por estudiosos que buscavam compreender as relações entre o ambiente natural e as sociedades humanas, lançando as bases para o que se tornaria a geografia moderna.

No final do século XIX, o determinismo geográfico emergiu como uma das principais correntes de pensamento. Essa abordagem, liderada por Friedrich Ratzel, defendia que o ambiente natural era o principal fator determinante das características sociais, culturais e econômicas de uma sociedade. Segundo o determinismo, fatores como clima, relevo e recursos naturais influenciavam diretamente o desenvolvimento das civilizações, limitando ou potencializando suas capacidades.

O determinismo geográfico refletia o espírito da época, marcado pelo positivismo e pela busca de explicações científicas para os fenômenos sociais. Ratzel utilizou analogias biológicas para explicar a expansão territorial, popularizando o conceito de “espaço vital” (Lebensraum), que seria apropriado por ideologias imperialistas no século XX. Além disso, o determinismo contribuiu para justificar práticas colonialistas, argumentando que as condições ambientais de certos territórios explicavam sua suposta inferioridade frente às nações europeias.

Apesar de ter consolidado a geografia como ciência, o determinismo foi amplamente criticado por sua visão reducionista e determinista das relações entre o ser humano e o meio ambiente. Autores como Paul Vidal de la Blache, no início do século XX, começaram a propor alternativas a essa abordagem, inaugurando o possibilismo geográfico.

O determinismo geográfico, mesmo com suas limitações e implicações problemáticas, desempenhou um papel crucial na organização da geografia moderna, estabelecendo métodos de análise do espaço e contribuindo para a profissionalização da disciplina. Sua superação, no entanto, marcou um avanço significativo na maneira como a geografia passou a interpretar as interações entre a natureza e as sociedades humanas.

O Possibilismo e a Geografia Tradicional

No início do século XX, o determinismo geográfico começou a ser desafiado por abordagens que destacavam a capacidade humana de transformar e adaptar o meio ambiente. Entre essas correntes, o possibilismo geográfico, liderado por Paul Vidal de la Blache, trouxe uma perspectiva inovadora ao enfatizar que o ambiente natural oferecia possibilidades, mas as escolhas humanas eram fundamentais para moldar o espaço.

Para o possibilismo, o meio ambiente não era um fator determinante, mas um conjunto de condições que poderiam ser aproveitadas de diferentes maneiras, dependendo da cultura, tecnologia e organização social de cada sociedade. Essa aborda-

gem abriu espaço para análises mais complexas das interações entre o ser humano e o meio natural, valorizando a diversidade cultural e histórica das sociedades.

A proposta possibilista influenciou a chamada geografia regional, que se consolidou como a principal corrente da geografia tradicional. A geografia regional buscava compreender as características de áreas específicas, analisando aspectos físicos (como clima, relevo e vegetação) e humanos (como cultura, economia e organização social). Essa abordagem enfatizava a descrição detalhada dos fenômenos e sua inter-relação dentro de uma região.

A geografia tradicional, especialmente entre o final do século XIX e meados do século XX, contribuiu para consolidar a disciplina como uma ciência descritiva e empírica. Seu foco era a caracterização de áreas e a criação de mapas detalhados, sendo amplamente utilizada para fins educacionais e administrativos. No entanto, essa visão foi criticada por sua fragmentação e pela falta de teorias explicativas mais amplas sobre os processos que moldam o espaço.

O possibilismo representou um avanço significativo na história da geografia, superando o determinismo e abrindo caminho para análises mais dinâmicas das relações entre sociedade e natureza. No entanto, a geografia tradicional, embora inovadora em muitos aspectos, acabou sendo questionada a partir das décadas de 1950 e 1960, quando novas abordagens começaram a surgir, trazendo maior rigor teórico e metodológico à disciplina.

A Revolução Quantitativa e o Rigor Científico na Geografia

A partir da década de 1950, a geografia passou por uma transformação significativa conhecida como Revolução Quantitativa. Essa abordagem marcou uma ruptura com a geografia tradicional, ao introduzir métodos mais rigorosos e sistemáticos, inspirados pelas ciências exatas e naturais. Influenciada pelo positivismo lógico, a Revolução Quantitativa buscava fazer da geografia uma ciência objetiva, com foco na análise de padrões espaciais e no uso de técnicas matemáticas e estatísticas.

O principal objetivo da Revolução Quantitativa era identificar regularidades no espaço geográfico e criar modelos explicativos que pudessem prever fenômenos e orientar o planejamento territorial. Ferramentas como sistemas de informação geográfica (SIG), mapas temáticos e teorias de localização tornaram-se centrais para o estudo geográfico.

Uma das principais contribuições desse período foi o desenvolvimento de modelos teóricos para explicar a distribuição de atividades econômicas e a organização do espaço. Entre os mais conhecidos está a Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller, que analisa como as cidades se organizam em hierarquias espaciais, oferecendo diferentes níveis de serviços. Outro destaque foi a Teoria de Localização Industrial, que estudava os fatores que influenciam a localização das atividades produtivas.

Além disso, a Revolução Quantitativa aprofundou a aplicação de estatísticas para mapear fluxos populacionais, redes de transporte, dinâmicas urbanas e uso do solo. Essa abordagem transformou a geografia em uma ciência mais instrumental, com aplicações práticas em planejamento urbano, gestão ambiental e estudos de mercado.

Apesar de seus avanços, a Revolução Quantitativa enfrentou críticas por desconsiderar aspectos subjetivos e culturais que influenciam as dinâmicas espaciais. Para muitos, o foco excessivo

em dados numéricos e modelos matemáticos tornava a geografia distante das realidades humanas e sociais, privilegiando análises técnicas em detrimento de interpretações mais abrangentes.

A Revolução Quantitativa representou um marco no pensamento geográfico, trazendo ferramentas e métodos que ampliaram a capacidade de análise do espaço. No entanto, suas limitações abriram caminho para o surgimento de novas abordagens, como a geografia crítica, que buscou reintegrar questões sociais, políticas e culturais ao estudo do espaço.

A Geografia Crítica e a Redefinição do Espaço

A partir da década de 1970, a geografia crítica surgiu como uma resposta às limitações da geografia tradicional e quantitativa. Essa nova abordagem foi fortemente influenciada por correntes filosóficas e políticas, como o marxismo, e buscou compreender o espaço como resultado das relações de poder e das contradições econômicas e sociais. Ao contrário das perspectivas anteriores, que enfatizavam descrições objetivas e padrões espaciais, a geografia crítica explorou as dimensões políticas, culturais e históricas da produção do espaço.

Para a geografia crítica, o espaço não é um dado neutro ou apenas um suporte para atividades humanas; ele é produzido socialmente, refletindo e reproduzindo as desigualdades e dinâmicas do sistema econômico. David Harvey, um dos principais expoentes dessa corrente, argumentou que o capitalismo organiza e reorganiza o espaço para maximizar o lucro, criando processos como a urbanização acelerada, a gentrificação e a exploração de recursos naturais.

A geografia crítica também colocou em evidência temas como urbanização, segregação, movimentos sociais, conflitos por território e impactos ambientais do modelo de desenvolvimento capitalista. Essa abordagem trouxe um viés transformador para a disciplina, ao propor análises que desafiavam as estruturas de poder e defendiam mudanças sociais.

Outro conceito fundamental da geografia crítica é a ideia de espaço relacional, que enfatiza que as características de um lugar não podem ser compreendidas isoladamente, mas devem ser analisadas em relação a outros espaços e às redes globais de interação. Essa perspectiva é particularmente importante no contexto da globalização, onde os fluxos de capital, pessoas e informações moldam o espaço de maneira interdependente.

A geografia crítica contribuiu para uma visão mais ampla e integrada do espaço, trazendo para o centro do debate geográfico questões éticas, políticas e sociais. Ela ampliou o alcance da geografia ao engajar-se com temas urgentes, como justiça social, desigualdades territoriais e sustentabilidade, tornando-se uma referência para estudos urbanos, ambientais e geopolíticos. Essa abordagem, ao mesmo tempo que enriqueceu o pensamento geográfico, influenciou outras áreas do conhecimento, consolidando-se como uma das vertentes mais importantes da geografia contemporânea.

A Geografia Humanista e o Papel da Subjetividade

Na mesma época em que a geografia crítica emergia como um contraponto à abordagem quantitativa, a geografia humanista começou a ganhar força, propondo uma reflexão centrada nas experiências subjetivas e nas percepções individuais do espaço. Inspirada por correntes filosóficas como a fenomenologia e o existencialismo, a geografia humanista desafiava a visão pu-

ramente funcionalista e objetiva do espaço, colocando em evidência aspectos simbólicos, culturais e afetivos que moldam a relação das pessoas com os lugares.

Para os geógrafos humanistas, conceitos como lugar, paisagem e território possuem dimensões que vão além da materialidade. O lugar, por exemplo, não é apenas uma localização geográfica, mas um espaço dotado de significados construídos pelas experiências e histórias de quem o habita. Essa perspectiva enfatiza o vínculo emocional e identitário das pessoas com o lugar, destacando como ele se torna parte essencial de suas vivências e memórias.

A paisagem, por sua vez, é compreendida não apenas como uma configuração física, mas também como uma expressão cultural e simbólica. Autores como Yi-Fu Tuan e Edward Relph exploraram como as paisagens refletem valores, crenças e a relação entre o homem e o ambiente. Para eles, a percepção da paisagem está profundamente conectada às experiências sensoriais e emocionais, tornando-a um campo de estudo rico para compreender a diversidade cultural.

A geografia humanista também abordou o fenômeno da despersonalização do espaço nas sociedades modernas, onde os processos de urbanização e globalização criam espaços padronizados e desprovidos de identidade local, conhecidos como “não-lugares”. Esse conceito, trabalhado por Marc Augé, exemplifica a perda de conexões simbólicas e emocionais em espaços como aeroportos, shoppings e redes de transporte.

Além de enriquecer os debates sobre o espaço, a geografia humanista contribuiu para a interdisciplinaridade, dialogando com áreas como psicologia, antropologia e literatura. Ela trouxe uma dimensão mais subjetiva e sensível ao estudo geográfico, complementando as análises estruturais e políticas da geografia crítica.

Embora criticada por alguns por sua subjetividade, a geografia humanista continua sendo uma vertente importante para compreender as relações entre o ser humano e o espaço, especialmente em questões como identidade cultural, pertencimento e transformações simbólicas das paisagens. Sua contribuição reside em mostrar que o espaço geográfico é também um espaço de sentidos, experiências e significados, fundamentais para a compreensão do mundo contemporâneo.

A Geografia Contemporânea e os Desafios do Século XXI

A geografia contemporânea caracteriza-se por sua abordagem interdisciplinar e pela integração de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Em um mundo marcado por globalização, mudanças climáticas, desigualdades sociais e transformações tecnológicas, a geografia ampliou seu campo de estudo para compreender e propor soluções para os desafios globais e locais. Essa evolução reflete tanto o legado das abordagens anteriores quanto a necessidade de responder a questões emergentes no século XXI.

- Temas Centrais da Geografia Contemporânea

A geografia atual combina abordagens físicas, humanas e técnicas para analisar as dinâmicas do espaço em múltiplas escalas. Entre os temas centrais estão:

- **Globalização e Territorialidade:** A intensificação das interconexões econômicas, culturais e políticas colocou em evidência a reorganização do espaço em escala global. Fenômenos como flu-

xos de capital, migrações e comércio internacional criam novas configurações territoriais e aprofundam as desigualdades entre países e regiões.

- **Mudanças Climáticas e Sustentabilidade:** A crise ambiental tornou-se um dos principais desafios do século XXI, e a geografia desempenha um papel fundamental na análise dos impactos das mudanças climáticas, da degradação ambiental e das alternativas para o desenvolvimento sustentável.

- **Urbanização e Desigualdades Espaciais:** A rápida urbanização, especialmente nos países em desenvolvimento, intensificou problemas como segregação socioespacial, precariedade habitacional e acesso desigual a serviços públicos. Estudos geográficos ajudam a compreender e planejar cidades mais inclusivas e resilientes.

- **Tecnologias e Sistemas de Informação Geográfica (SIG):** O uso de ferramentas tecnológicas, como SIG, sensoriamento remoto e análise de big data, transformou a prática geográfica. Essas tecnologias permitem monitorar e analisar fenômenos complexos, como desastres naturais, dinâmicas populacionais e mudanças no uso da terra.

- Perspectivas Teóricas e Interdisciplinaridade

A geografia contemporânea é marcada pela coexistência de diferentes correntes teóricas. Abordagens críticas continuam sendo centrais para analisar as relações de poder e desigualdades, enquanto perspectivas humanistas e culturais exploram questões identitárias e simbólicas.

Além disso, a interdisciplinaridade tornou-se uma característica essencial da geografia. A disciplina dialoga com áreas como sociologia, economia, ecologia, ciência política e tecnologia, contribuindo para uma compreensão mais integrada dos fenômenos espaciais. Esse diálogo é especialmente relevante em estudos sobre a relação entre ser humano e natureza, que exigem análises que transcendem as fronteiras disciplinares.

- Desafios e Relevância da Geografia no Século XXI

A geografia contemporânea enfrenta o desafio de compreender fenômenos globais em constante transformação, sem perder de vista as especificidades locais. Questões como os impactos da pandemia de COVID-19, os avanços tecnológicos e a intensificação das desigualdades sociais exigem análises geográficas que combinem rigor teórico e aplicabilidade prática.

Além disso, a disciplina desempenha um papel crucial na formulação de políticas públicas e no planejamento territorial. Estudos sobre mobilidade urbana, conservação ambiental, adaptação às mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável são fundamentais para a construção de sociedades mais equilibradas e resilientes.

A geografia contemporânea reflete a complexidade do mundo atual, sendo indispensável para compreender as relações entre espaço, sociedade e ambiente. Seu caráter multifacetado permite que ela continue a evoluir, adaptando-se aos desafios de cada época e contribuindo para o desenvolvimento de um mundo mais justo e sustentável.

CARTOGRAFIA: CONCEITOS, HISTÓRICO, COORDENADAS, MOVIMENTOS DA TERRA E FUSOS HORÁRIOS. REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS, ESCALAS E PROJEÇÕES

Cartografia é a ciência em que se estuda o espaço geográfico através da sua representação em mapas.

Histórico da Cartografia

Primeiras Representações Cartográficas

Os primeiros mapas datam de cerca de 6.000 anos atrás, criados por civilizações como a babilônica, a egípcia e a chinesa. Esses mapas tinham como objetivo registrar áreas agrícolas, redes de rios e trajetos comerciais.

Avanços Durante a Idade Média e o Renascimento

Na Idade Média, a cartografia foi influenciada pela visão teocêntrica, resultando em mapas estilizados e imprecisos. Durante o Renascimento, houve avanços significativos com o aperfeiçoamento da projeção de Mercator (século XVI), essencial para a navegação marítima.

Desenvolvimento Moderno e Tecnologias Atuais

Nos séculos XIX e XX, o desenvolvimento da cartografia ganhou impulso com a invenção da fotografia aérea e, posteriormente, de satélites e sistemas de sensoriamento remoto. Hoje, ferramentas como o GPS e os sistemas de informação geográfica (SIG) tornam a cartografia indispensável para diversas áreas do conhecimento.

Movimentos da Terra e Sua Influência na Cartografia

Rotação e Translação

A rotação da Terra em torno de seu eixo influencia os mapas ao gerar o ciclo de dia e noite, enquanto a translação ao redor do Sol afeta a compreensão das estações do ano.

Inclinação do Eixo Terrestre

A inclinação de 23,5° do eixo terrestre em relação ao plano da órbita solar é responsável pelas variações sazonais. Isso afeta a cartografia na representação de zonas climáticas e na distribuição de luz solar no planeta.

Impactos no Estudo do Espaço Geográfico

Os movimentos da Terra são fundamentais para entender fenômenos como os solstícios e equinócios, que influenciam mapas astronômicos e a organização espacial.

Fusos Horários e Representação no Mapa-Múndi

Definição e Importância

Os fusos horários dividem o planeta em 24 zonas de uma hora cada, baseadas no movimento de rotação da Terra. Isso facilita a sincronização de atividades humanas, como transporte, comércio e comunicações.

Linha Internacional de Data

Situada no Oceano Pacífico, a Linha Internacional de Data marca a transição entre um dia e o seguinte. Quando cruzada de leste a oeste, o calendário avança um dia, e vice-versa.

Exemplos Práticos

Se no Brasil são 12h (GMT-3), em Londres (GMT+0) serão 15h. Essa diferença é essencial para planejar viagens internacionais e operações globais.

— Coordenadas Geográficas

São linhas imaginárias que dividem o espaço geográfico nos sentidos vertical e horizontal. Elas servem para localizar qualquer ponto no planeta. A distância das coordenadas geográficas é medida em graus, minutos e segundos. Um grau tem 60 minutos e um minuto tem 60 segundos. As coordenadas geográficas são classificadas em dois tipos:

▪ **Latitude:** são as linhas em sentido horizontal. O maior círculo da esfera da terra, horizontalmente, é chamado de equador. O equador é 0° de latitude, dividindo o planeta em dois hemisférios, norte e sul. Latitudes tem variação de 0° e 90° nos dois hemisférios.

▪ **Longitude:** são as linhas em sentido vertical, também chamadas de meridianos. Divide o planeta em Ocidente (oeste) e Oriente (Leste). Tem variação de 0° e 180°, nos sentidos leste e oeste. O meridiano de Greenwich é o ponto de partida, com longitude de 0°.

— Escala Cartográfica

É a proporção do quanto a área geográfica real foi reduzida para sua representação no mapa. Essa proporção é de muita importância, pois dessa forma, a representação não é feita de forma aleatória, mas proporcional. Ela nos faz entender os mapas e medidas representadas nos mesmos.

A escala cartográfica é classificada em dois tipos:

— Escala numérica

Utiliza-se os números para representar as proporções. Exemplo: 1:100.000

Os dois pontos demonstram a proporção e o número variante (nesse caso, 100.000) sempre estará em centímetros. Neste caso, a proporção é de 1 centímetro no mapa para 1km na área real.

— Escala Gráfica

Outro tipo de representação utilizada nos mapas para demonstrar as medidas reais do espaço geográfico. É uma linha horizontal com retângulos brancos e pretos. Ela pode ser expressa em metros ou quilômetros.

— Projeções Cartográficas

O que são: são representações da superfície esférica da Terra através de desenhos planejados. Essas representações são constituídas por um sistema de coordenadas geográficas, consistindo em linhas paralelas e meridianos, construindo assim, um mapa.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem três principais classificações de projeções cartográficas. São elas:

